

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Ao 01 de Outubro de 2015, às 19h20min, na administração Regional do Boqueirão – Auditório Semeador Lado A, localizada na Rua Mal. Floriano Peixoto, nº 8.430, Bairro Boqueirão, Curitiba, Paraná, no Procedimento Administrativo sob nº MPPR-0046.15.074934-2, tiveram início os trabalhos de Audiência Pública, sob a presidência do Promotor de Justiça, Dr. Régis Rogério Vicente Sartori.

PARTICIPANTES: Assinalou-se a presença da comunidade local, conforme lista em anexo, e dos seguintes órgãos públicos e representantes: a) Administração Regional Bairro Boqueirão: Sr. Augusto Meyer Neto; b) Secretária de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social, representada pela Sra. Roseli Bittencourt, assessora técnica da PGI/SEDS. Presidente declarou aberta a Audiência Pública agradecendo a presença da comunidade e dos representantes dos órgãos convidados. Fez um breve histórico sobre o trabalho da Promotoria de Justiça das Comunidades, referindo-se aos trabalhos individuais de atendimento semanalmente nos bairros, bem como orientou a população que a Promotoria de Justiça também faz atendimento jurídico diariamente em sua sede. O Presidente esclareceu que esta audiência pública é para a identificação de demandas sociais prioritárias na região. Encerrada a apresentação inicial, o Presidente abriu a palavra para a comunidade manifestar, questionar, sugerir ou pleitear o encaminhamento de demanda referente à comunidade. Na oportunidade, passou a palavra ao Sr. Aldemir de Oliveira, presidente da associação dos moradores da Vila São Paulo, relatou as benfeitorias realizadas através de sua associação, entre elas a construção de um campo de futebol, que encontra-se em local privado, situado na Rua Willian Booth, 143, conhecido como Campo do River Esporte Clube, ainda esclarece que a utilização deste terreno foi concedido através de um

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

contrato de comodato, porém este terreno alcança ainda uma área de propriedade do município. Ocorre que, o proprietário solicitou a rescisão deste contrato, dando a preferência de locação do imóvel aos ex-comodatários. O presidente da associação reivindica a utilização do campo para continuar a escolinha de futebol para as crianças, conforme abaixo assinado que entrega no presente ato. Após, o presidente determinou a juntada de cópia do referido documento para análise de pertinência e encaminhamentos cabíveis. Posteriormente, a palavra é passada para o administrador regional, Sr. Augusto Meyer Neto, que agradece a presença de todos e reconhece a demanda apresentada pelo Presidente da Associação, confirma que a área é privada e que tem outra parte do terreno que é de domínio do Município. O campo de futebol acaba abrangendo tanto o lote da prefeitura quanto o lote privado. Dessa forma, o administrador da regional sugeriu para marcar uma reunião com o proprietário do campo. Na ocasião, o Presidente determinou o desentranhamento dos documentos referentes ao abaixo assinado para a continuação do uso do campo de futebol e para a verificação do comodato que o Município fez com o particular, para dar origem aos respectivos procedimentos de Notícia de Fato. Dando continuidade o Presidente passou a palavra ao Sr. Eder, Presidente da Câmara Regional Boqueirão, relatou o problema da falta de vaga e segurança junto às creches. O Presidente informou que, em relação às vagas de creche, já foi ajuizada ação pertinente pelo Ministério Público junto ao Poder Judiciário, se comprometendo a informar aos moradores se existe dentro dessa ação previsão de construção de creche na região do Boqueirão. O administrador da regional confirma a preocupação do Sr. Eder e ressalta que o grande problema é a falta de terrenos, e lotes, para a construção das creches, os quais já estão sendo providenciados. Informou que já tem a previsão de construção de uma creche nessa região. O sr. Eder pede novamente a palavra para relatar outro problema existente no Bairro, que é a questão da prostituição, que ocorre nas Ruas Anne Frank, Rua Bom Jesus do Iguape, Rua

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

Carlos de Laet, esquinas desde a Rua Waldemar Loureiro até a Rua Pastor Carlos Frank. As famílias que residem nas proximidades são ameaçadas e algumas já se mudaram do local. Dessa forma, o morador solicita a elaboração de projeto de lei para proibir a prostituição de rua, tendo em vista o transtorno que isso causa às famílias. O Presidente questiona ao vereador Tiago Gevert se já houve demanda referente a prostituição junto a Câmara, que responde não existir, e sugere uma campanha junto ao Bairro, tendo em vista que além da prostituição, também ocorre o tráfico de drogas. Informa também, que já cobrou da Prefeitura uma iluminação melhor, pois dessa forma os moradores se sentem mais seguros nessas regiões. O Presidente solicita que seja feito encaminhamento dessa demanda para a Câmara de Vereadores. Passada a palavra novamente ao morador Sr. Eder, relata o problema da ausência de fiscalização de trânsito, tendo em vista que os carros estacionam em cima das calçadas, impedindo o trânsito de pedestres, fazendo com que o pedestre tenha que desviar do veículo e andar na rua, principalmente na Rua Marechal Floriano Peixoto. O morador já entrou em contato com o 156, mas nem sempre vão ao local fiscalizar. O administrador da regional pede a palavra e informa, que a secretaria de trânsito já está fazendo reuniões para solucionar esse problema, bem como está programado para o dia 14 de outubro do presente ano, uma campanha de conscientização para a educação no trânsito. Relata que foram criadas 69 novas vagas de estacionamento na Av. Marechal Floriano para atender a população. Dessa forma, o presidente requer a expedição de ofício junto a SETRAN, para que façam uma fiscalização mais eficiente, aplicando as multas devidas. A palavra é passada novamente ao morador Sr. Eder que relata o problema das valetas a céu aberto. O administrador da regional esclarece que algumas são abertas outras não, para que fechem precisa de uma autorização do meio ambiente e em alguns locais a lei não permite. Explica que quando não caracterizado como nascente, ou para escoramento é possível uma autorização. O Presidente solicita o encaminhamento

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

da presente demanda junto a Promotoria do Meio Ambiente. Passada a palavra ao morador Sr. Eder relata, por fim, a construção de um Hospital Público para atender a região, tendo em vista que são mais de 230.000 habitantes na Regional e segundo a ONU a população tem direito de um Hospital na Região. O administrador da regional pede a palavra e reconhece que tal reivindicação é frequente pela comunidade e que quando da gestão do Prefeito Gustavo Fruet, falava-se do Hospital do Carmo o qual nunca foi público. Devido a essa informação, o Presidente encaminha a demanda junto a Promotoria da Saúde. O Presidente passa a palavra ao morador Sr. Elias Filho, que relata o problema das enchentes quase todo mês na região. A palavra é passada ao administrador da regional, que esclarece que em relação à enchente buscam sempre minimizar, porém deve haver uma conscientização dos moradores para que evitem jogar lixo nos córregos. O morador Sr. Elias relata também sobre o Parque Náutico, onde contém lago com peixes, além de dois campos de futebol esta sendo aterrado. Tal parque é utilizado para o lazer da comunidade, porém relata que a boatos que o parque será utilizado para a realização de shows e grandes eventos. Momento em que o Presidente questiona o Vereador Sr. Tiago, que explica que o parque náutico não vai ser aterrado, apenas uma parte para manutenção, bem como esclarece que o parque não vai ser utilizado para a realização de shows, ainda se comprometeu a entrar em contato com o proprietário para melhores esclarecimentos junto a comunidade. Passada a palavra ao morador Sr. Jorge Luiz, relata sobre outro problema no bairro, questão da vigilância sanitária, pois precisam se qualificar na fiscalização, pois agem de forma truculenta com os empresários, abrindo as instalações, independente de denúncias. Os proprietários por sua vez, não sabem o que está faltando, sendo que as exigências são atualizadas, mas não são transmitidas aos empresários. Na oportunidade, o morador sugere a produção de folders informativos a serem distribuídos aos empresários, cursos de atualização bem como cursos de acolhimento e

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

abordagem aos fiscais da Vigilância Sanitária. A palavra é passada ao Presidente que sugere uma reunião com informações que seriam repassadas aos empresários com a vigilância sanitária. Assim, determinou a instauração de Procedimento Administrativo para a situação de informações aos empresários com relação as leis de vigilância sanitária O administrador da regional se manifesta e se compromete a agendar a referida reunião, e ainda solicita o comparecimento da Secretaria da Saúde. O administrador propôs a organizar o encontro até o final do ano. O morador Sr. Jorge Luiz relata ainda outro problema, a desratização, tendo em vista o excesso de animais peçonhentos, tais como ratos, cobras, mosquito da dengue, aranhas e outros, devido ao acúmulo de lixo, excesso de chuvas e outros causadores desse tipo de problema. Os animais invadem a residência, e quando o morador aciona o 156 dizem que não atendem esse tipo de chamado. Dessa forma, o morador sugere a criação de um projeto de desratização e limpeza pública constante o qual tenha a participação da CRB. O morador Sr. Carlos, da Câmara Regional Boqueirão, confirma as alegações acima e ressalta que há carros abandonados nas calçadas que também dificultam a passagem dos moradores, além de acumular lixo. O administrador da regional pede a palavra, e se compromete a conversar com a secretaria do meio ambiente, mas afirma que rato só tem onde há comida, e não basta o Município ajudar, os moradores necessitam se conscientizar, colaborar conjuntamente. Portanto sugere um programa de conscientização pois há necessidade da colaboração da comunidade com a prefeitura. Na oportunidade o Presidente, requisita a expedição de um ofício ao administrador da regional para que o mesmo solicite o comparecimento da vigilância sanitária e efetuem um curso esclarecendo todas as dúvidas. Requisita também a expedição de ofício encaminhando a questão à Secretaria do Meio ambiente. Além disso a pessoa da comunidade Luiz Henrique requereu que a Secretaria do meio ambiente, contrate pessoal para que tenha uma efetiva fiscalização junto a população ribeirinha, bem como que faça a devida fiscalização

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

junto a demanda apresentada pela câmara regional boqueirão no que se refere ao excesso de animais peçonhentos tais como ratos cobras, etc. Assim, em face desta requerimento pessoal determino a instauração de notícia de fato e com a resposta, encaminhe-se ao senhor Luiz. A palavra é passada a moradora Sra. Olivia, que trabalha com cadeirantes, e esclarece que existe uma lei para vítimas da Síndrome de Talidomida, e solicita espaço na Audiência Pública para divulgar a lei 8.686.93, tendo em vista o desconhecimento da população. A palavra é passada ao Sr. Jonas, que reivindica, o problema das calçadas, dizendo que não há estrutura nas calçadas para deficiente visual e físico. O administrador da regional diz que há no IPUC estudos quanto ao plano de calçadas, salientando que executaram várias rampas de acesso onde não tinha, assim como nesse trabalho encaminharam sugestões de locais onde pudesse construir uma rota de calçadas. Relatou também que pela legislação parte de calçadas é atribuição do morador. A palavra é passada ao Sr. Luiz Henrique que relata que a calçada junto ao cruzamento das Ruas Francisco Derosso e da Rua Cel. Luiz José está impraticável, sendo que já solicitou por diversas vezes a manutenção da mesma e até hoje nada foi feito. O Presidente esclareceu que vai instaurar um procedimento em relação a essa demanda. O administrador esclarece que foi feito um levantamento naquele local e realmente as situações são lamentáveis. A palavra é passada ao morador Sr. José Leandro que relata novamente a falta de vagas em creches, informa ainda que a creche do Campo do Hauer esta pronta, porém falta funcionários, relatou também a situação da creche Meia Lua, que quando chove ocorre enchentes. Solicita ainda o credenciamento de uma Clínica de fisioterapia na região do Boqueirão tendo em vista que quando a população precisa tem que se locomover para outras regiões mais longes, o Presidente esclarece que esta demanda é específica da área da saúde, assim vai encaminhar a Promotoria da Saúde Pública. O Presidente informou que em relação a clínica de fisioterapia ira encaminhar para a Secretaria de Saúde para as diligências necessárias. A palavra

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

é passada para a Sra. Sofia Taborda, ela possui um projeto chamado “Casa do Vovô”. Relata que uma árvore caiu na casa do vovô e a Prefeitura não deu o auxílio necessário, ela está com quatro idosos nessa residência e não tem recursos para arrumar o telhado. Ela é aposentada, e solicita a ajuda da prefeitura para continuar com seu projeto. A palavra é passada ao administrador da regional, o qual informa que a administração sempre auxiliou, que trata-se de uma área pública, ainda relatou que a regional tem conhecimento que nesta residência tem jogos de azar como sinuca, cancha. E que existe um projeto da secretaria municipal do lazer, para esta região. O Presidente informou que ira solicitar uma visita por parte do serviço social para fazer uma análise e relatório da situação, encaminhando posteriormente a Promotoria do Idoso para a medidas que entender cabíveis. A palavra é passada para a Sra. Eva, Secretária da Câmara Boqueirão, que apresenta demanda; animais abandonados que necessitam de castração, pois eles estão sofrendo maus tratos e agredindo as agentes de saúde, gostaria que houve uma parceria entre as Faculdades de Curitiba e a Prefeitura para que ajudassem na castração destes animais. A palavra é passada ao administrador que diz que há possibilidade de fazer parceria, porém este serviço não é feito de graça, comprometendo-se a entrar em contato com as Faculdades. Palavra é passada ao funcionário do Sesc que esclarece sobre os projetos que são realizados junto a comunidade. A palavra é passada para a Sra. Eva que afirma que gostaria que o Sesc trouxesse professores de Educação Física para realizar atividades com os jovens. O Presidente encerrou a Audiência agradecendo a participação dos moradores. A presente audiência encerrou-se às 22h15min. Eu, Carlos Eduardo Lopes de Freitas, _____assessor jurídico, lavrei a presente ata, a qual segue assinada por mim e pelos participantes nominados.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

Régis Rogério Vicente Sartori
Promotor de Justiça

Augusto Meyer Neto
Administrador Regional

Roseli Bittencourt
Secretária de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social